



João Vitor Mendonça de Moura

Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/6188565784431857>

Última atualização do currículo em 12/01/2023

Resumo informado pelo autor

Mestrando na Universidade Federal do Pará (UFPA) na linha "Direitos Fundamentais, Concretização e Garantias", área temática "Processo civil individual: conhecimento execução", sob orientação da Professora Dra. Rosalina Moita da Costa. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Inovações no Processo Civil - Efetividade da Execução" - UFPA/CNPQ. Pós-graduado em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG (2020). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2011). Desde 2012 atua como advogado, em especial nas áreas de Direito Civil, Processo Civil e Direito Administrativo. Em 2014, fundou escritório próprio, onde atua e é responsável pelo contencioso Cível e Administrativo. Em Outubro de 2022 também assumiu o cargo de Procurador Jurídico do Município de Tucuruí/PA.

(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome João Vitor Mendonça de Moura

Dados pessoais

Nome em citações bibliográficas MOURA, J. V. M.

Sexo Masculino

Cor ou Raça Branca

Filiação Jose Ribamar de Andrade e Moura e Maria Lenora de Nazaré dos Santos Mendonça

Nascimento 18/11/1989 - Brasil

Carteira de Identidade 4869646 PC - PA - 10/07/2007

CPF 876.166.702-10

Passaporte fe113165

Endereço residencial Av. Nazaré, n. 1355, apto. 103
Nazaré - Belém
66063140, PA - Brasil
Telefone: 51 98247406

Endereço profissional Bibas, Gais, Mendonça e Moura - Advogados Associados
Travessa Djalma Dutra - n. 540, Salas 100 e 101
Telegrafa Sem Fio - Belém
66113010, PA - Brasil
Telefone: 51 33512904

Endereço eletrônico E-mail para contato: jvilmmoura@gmail.com
E-mail alternativo: vitor_mendonca_@hotmail.com

Formação acadêmica/titulação

- 2021 Mestrado em Direito.
Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém, Brasil
Orientador: Rosalina Moita Pinto da Costa
- 2012 Especialização em MBA em Direito Tributário.
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil
- 2019 - 2020 Especialização em Especialização em Direito Processual.
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Belo Horizonte, Brasil
Título: O Agravo de Instrumento CPC de 2015: Natureza do rol - Atividade mitigada e a jurisprudência do STJ
- 2007 - 2011 Graduação em Direito.
Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belém, Brasil
Título: APLICAÇÃO DO PARAGRAFO 5º, DO ART. 219, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 NO PROCESSO DO TRABALHO
Orientador: Profº Msc. Carlos José Esteves Gondim Júnior

Formação complementar

- 2021 - 2021 Curso de curta duração em História do Direito - O Direito na Era Vargas. (Carga horária: 3h).
Diretório Acadêmico Arthur Germano Fett, DAAGF, Brasil
Palavras-chave: História do Direito, Direito
- 2021 - 2021 Curso de curta duração em História do Direito - O Direito na Ditadura Militar. (Carga horária: 3h).
Diretório Acadêmico Arthur Germano Fett, DAAGF, Brasil
Palavras-chave: História do Direito, Direito
- 2021 - 2021 Curso de curta duração em História do Direito - O que é História do Direito: visões e abordagens. (Carga horária: 3h)
Diretório Acadêmico Arthur Germano Fett, DAAGF, Brasil
Palavras-chave: História do Direito, Teoria do Direito

- 2020 - 2020 Curso de curta duração em Revisão Judicial de Contratos em Tempos de Pandemia. (Carga horária: 1h). Núcleo de Práticas Jurídicas da UFPA, NPJUPA, Brasil
Palavras-chave: Contratos, Revisão Judicial de Contratos, Pandemia, Direito
- 2020 - 2020 Curso de curta duração em Curso de Teoria Geral do Processo. (Carga horária: 60h). Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém, Brasil
Palavras-chave: Teoria Geral do Processo, Direito, Direito Processual, Processo Civil
- 2020 - 2020 Curso de curta duração em Curso de Introdução aos Estudos Jurídicos Críticos (Critical Legal Studies) (Carga horária: 10h). Grupo de Pesquisa Pura Teoria do Direito, GPPTD, Brasil
Palavras-chave: Direito, Estudos Jurídicos Críticos, Teoria do Direito, Teoria Crítica
- 2020 - 2020 Curso de curta duração em Curso Negócios Processuais: Teoria e Prática. (Carga horária: 6h). Realizado pelo Prof. Dr. Antonio do Passo Cabral, PROF., Brasil
Palavras-chave: Negócio Processual, Negócio Jurídico Processual, Processo Civil
- 2020 - 2020 Curso de curta duração em Oficina de Elaboração de Artigo Científico. (Carga horária: 5h) Liga Acadêmica Jurídica do Pará, LAJUPA, Brasil
Palavras-chave: Artigo Científico, Direito
- 2007 - 2007 Introdução ao Direito como Sistema Autopoiético. (Carga horária: 75h). Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belém, Brasil
Palavras-chave: filosofia jurídica
- 2007 - 2007 Hermenêutica Jurídica: desafios contemporâneos. (Carga horária: 75h). Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belém, Brasil
Palavras-chave: hermenêutica jurídica

Atuação profissional

1. Bibas, Gaia, Mendonça e Moura - Advogados Associados - BGMN

Vínculo institucional

- 2014 - Atual Vínculo: Advogado, Enquadramento funcional: Sócio-Proprietário, Carga horária: 44, Regime: Dedicação exclusiva
Outras informações:
Após a formação acadêmica e um período como advogado contratado, deu início ao seu próprio Escritório, sendo o Sócio responsável pela área Civil e Administrativa
2. Ferreira de Souza & Alves - FS% 26A

Vínculo institucional

- 2012 - 2013 Vínculo: Advogado, Enquadramento funcional: Advogado, Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
Trabalhou como Advogado contratado do Escritório, tendo realizado diversas atividades, como petições, pareceres, consultorias à empresas e bancos. Atuou principalmente nas áreas de Juizados Especiais Cíveis e do Consumidor e em causas relacionadas ao Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito do Consumidor.

3. Procuradoria do Município de Tucuruí/PA - PMT

Vínculo institucional

- 2022 - Atual Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador Municipal, Carga horária: 44, Regime: Integral
Outras informações:
Nomeado em outubro de 2022 como Procurador Jurídico do Município de Tucuruí/PA.

4. Universidade Federal do Pará - UFPA

Vínculo institucional

- 2021 - Atual

Projetos

Outros tipos de projetos

- 2021 - Atual Grupo de Estudo Inovações no Processo Civil

Descrição: Descrição: O grupo visa desenvolver pesquisas sobre as inovações no processo civil, estudando os seus institutos fundamentais, principalmente em face das alterações advindas com o novo Código de Processo Civil de 2015. As atividades consistirão na preparação e desenvolvimento de projetos de pesquisa, apresentação de trabalhos em congressos, seminários, orientação e elaboração de trabalhos de conclusão de curso, publicação de artigos em periódicos, bem como de livros ou capítulos de livros, participação em bancas de trabalhos de conclusão de curso etc. Situação: Em andamento; Natureza: Outros tipos de projetos. Alunos envolvidos: Graduação (15) / Especialização (1) / Mestrado acadêmico (4) / Doutorado (3).
Situação: Em andamento Natureza: Outros tipos de projetos
Alunos envolvidos: Graduação (15); Especialização (1); Mestrado acadêmico (4); Doutorado (3);
Integrantes: João Vítor Mendonça de Moura (Responsável); Clance Santos; Rosalina Moita Pinto da Costa; Manuel Albino Azevedo Junior

Áreas de atuação

1. Direito
2. DIREITO PROCESSUAL
3. Direito Processual Civil
4. Teoria Geral do Direito
5. Direitos Humanos
6. Direito Administrativo



Idiomas

Inglês Compreende Bem, Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem



Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1.  MOURA, J. V. M.; COSTA, Rosalina Motta Pinto da. Descortinando Novos Caminhos para um Sistema Multiportas de Execução no Brasil: 'Há vários caminhos até a montanha'. REVISTA DE PROCESSO, v.334, p.413 - 437, 2022.
Palavras-chave: Execução civil, Desjudicialização da execução civil, Sistema multiportas de execução, Desjudicialização da execução civil, Tecnologia.
Áreas do conhecimento: Processo Civil, Direito e Tecnologia, Sistema Multiportas de Execução.
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários.
Resumo: Analisam-se neste artigo os diversos caminhos que podem ser adotados em um sistema multiportas de execução no Brasil, propondo-se, além da desjudicialização, prevista no PL 6204/2019, e das formas de descentralização e de desjudicialização, a substituição do "agente de execução" por ferramentas tecnológicas, o que configuraria uma porta a mais. Utilizando-se o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica como opção metodológica, examina-se o contexto histórico brasileiro, procurando-se demonstrar que a coexistência da jurisdição e estatal com modelos de execução desjudicializados e desjudicializados não é uma novidade em nosso país. Conclui-se que a desjudicialização prevista no PL 6204/2019 é apenas uma de diversas portas que podem coexistir com a descentralização, a desjudicialização e com o manejo de ferramentas tecnológicas.
2.  MOURA, J. V. M.; COSTA, Rosalina Motta Pinto da. Jurisdição: uma função pública estatal de acesso à justiça. Revista eletrônica de direito processual, v.23, p.408 - 434, 2022.
Palavras-chave: Jurisdição, Acesso à Justiça, Atividade Estatal, Pacificação, Solução de Conflitos.
Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO PROCESSUAL.
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [https://doi.org/10.12957/redp.2022.64707]
3. MOURA, J. V. M.; MENDONÇA Y D. S. M.; BORGES, I. S. 'Outras Portas' no enfrentamento da hiperjudicialização dos conflitos: novos desafios e perspectivas ao acesso à justiça no Brasil. REVISTA ELETRÔNICA MULTIDISCIPLINAR FACEAR, v.1, p.1 - , 2022.
Palavras-chave: Acesso à Justiça, Desjudicialização, Hiperjudicialização, Processo Civil, Tribunal Multiportas.
Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO PROCESSUAL.
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital.
4. MOURA, J. V. M.; MENDONÇA Y D. S. M.; BORGES, I. S. Poder Judiciário, mudanças climáticas e o direito à moradia adequada: uma análise do caso Urgenda Foundation vs Holanda. REVISTA ELETRÔNICA MULTIDISCIPLINAR FACEAR, v.1, p.1 - , 2022.
Palavras-chave: Direito à moradia, Litigância Climática, Mudanças Climáticas, Urgenda Foundation vs Holanda.
Áreas do conhecimento: Direito Ambiental, Direito.
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital.

Apresentação de trabalho e palestra

1.  MOURA, J. V. M. I Simpósio de Execução Civil, 2022. (Simpósio Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Processo Civil, Tecnologia, Execução, Direito Processual.
Áreas do conhecimento: DIREITO PROCESSUAL.
Referências adicionais: Brasil/Português.
O Grupo de Pesquisa Inovações no Processo Civil (CNPQ) promoveu, no dia 22/09/2022 o I Simpósio de Execução Civil. As mesas que compuseram o evento abordaram temas polêmicos estudados pelo grupo de pesquisa relativos à execução como possibilidade de negócios jurídicos processuais, medidas jurídicas atípicas, tecnologia, cooperação e desjudicialização. Local: Auditório do CESUPA - Centro Universitário do Pará, Cidade: Belém; Evento: I Simpósio de Execução Civil; Inst.promotora/financiadora: Grupo de Pesquisa Inovações no Processo Civil.
2.  MOURA, J. V. M. Interações entre Direito e Tecnologia: Justiça 4.0 e o aprimoramento da prestação jurisdicional pela tecnologia, 2022. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Processo Civil, Tecnologia, Direito Processual.
Áreas do conhecimento: DIREITO PROCESSUAL, Direito e Tecnologia.
Referências adicionais: Brasil/Português.
Palestra feita ao Centro de Inteligência do Estado do Pará e o Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sobre as possibilidades de aprimoramento da atividade jurisdicional pela tecnologia. Local: On-line. Cidade: Belém; Evento: 2ª Reunião Ordinária do Centro de Inteligência do Estado do Pará e do Laboratório de Inovação; Inst.promotora/financiadora: Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
3. MOURA, J. V. M.; MENDONÇA, Y D. S. M. A Penhora On-line - Aspectos Teóricos e Práticos, 2021. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Processo Civil, Execução, Direito Processual, Penhora on-line.
Áreas do conhecimento: DIREITO PROCESSUAL, Direito e Tecnologia.
Referências adicionais: Brasil/Português.
Palestra dada para os alunos da UNIFATEC - Centro Univeritário de Tecnologia de Curitiba/PR, sobre aspectos teóricos e práticos da penhora on-line.; Local: On-line, Cidade: Curitiba/PR; Evento: Palestra; Inst.promotora/financiadora: UNIFATEC - Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba.
4. MOURA, J. V. M. A ação civil pública e a proteção ambiental: uma análise da lei 6.938/1981, 2020. (Congresso, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Direito Ambiental, Lei 6.938/1981, Ação Civil Pública.
Áreas do conhecimento: Direito.
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Local: On-line, Evento: I Encontro Científico do Grupo de Estudos "Direito e Meio Ambiente na Modernidade"; Inst.promotora/financiadora: Grupo de Estudos "Direito e Meio Ambiente na Modernidade".
5. MOURA, J. V. M. A vedação da decisão surpresa como garantia do contraditório substancial - uma análise dos artigos 8º e 10º do CPC/15, 2020. (Congresso Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Processo Civil, Princípio da Não-Surpresa, Contraditório Substancial.
Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO PROCESSUAL.
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Local: On-line; Evento: I Congresso de Pesquisa e Extensão; Inst.promotora/financiadora: Faculdade Inspira.
6. MOURA, J. V. M.; MENDONÇA Y D. S. M. A Aplicação do Artigo 10 do Novo Código de Processo Civil e o (Novo) Modelo Constitucional de Processo: O Princípio do Contraditório Substancial como Reflexo da Dignidade da Pessoa Humana, 2019. (Congresso Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Processo Civil, Art. 10, do Código de Processo Civil, Princípio de Não-Surpresa, Contraditório Substancial, Dignidade da Pessoa Humana.
Áreas do conhecimento: DIREITO PROCESSUAL, Direito Processual Civil.
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso.
Proposta de poster apresentada e aprovada para apresentação no XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, em Belém/PA. O objetivo geral do estudo proposto é identificar a possibilidade ou não de aplicação integral do artigo 10 do CPC/15, de modo a proporcionar a vedação das decisões surpresa ou de terceira via na prática forense.; Local: Av. Alcindo Careta, 980 - Umarizal, Belém - PA, 66065-217;

Cidade: Belém/PA; Evento: XXVIII Congresso Nacional do CONPEDI - Belém;
Inst.promotora/financiadora: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

7. MOURA, J. V. M.
I Seminário Segurança Alimentar e Ambiental de Icoaraci: Competências e Responsabilidades, 2019. (Seminário Apresentação de Trabalho)
Palavra-chave: Direito do Consumidor, Feirantes, Feiras Livres
Áreas do conhecimento: Direito, Direito do Consumidor
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.mppa.mp.br/noticia/feirantes-recebem-esclarecimentos-sobre-manipulacao-de-alimentos.htm>
Palestra desenvolvida a convite da Coordenação das Promotorias de Justiça de Icoaraci e da 2ª e 5ª Promotorias de Justiça Cíveis de Icoaraci, com o objetivo de desenvolver e expandir o conhecimento dos feirantes locais sobre os direitos e deveres relacionados ao Direito do Consumidor e que podem ser aplicados no dia-a-dia da profissão, de forma a difundir conhecimento e melhorar a qualidade dos serviços e produtos ofertados no local.; Local: Rua Manoel Barata, nº 1298, Cruzeiro - Icoaraci, Cidade: Belém/PA; Evento: I Seminário Segurança Alimentar e Ambiental de Icoaraci: Competências e Responsabilidades; Inst.promotora/financiadora: Ministério Público do Estado do Pará

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. A comunicação não violenta enquanto mecanismo de pacificação social, 2020. (Seminário)
2. A convenção Processual em tempos de COVID-19, 2020. (Seminário)
3. A negociação dos grandes litígios e problemas pelo MP, 2020. (Seminário)
4. Ação Material, Ação Processual e Separação de Poderes em Tempos de Crise Pandêmica, 2020. (Seminário)
5. Congresso de Direito Processual - Processo, Alteração Cultural e os Novos Desafios da Advocacia, 2020. (Congresso)
6. Curso de Introdução aos Estudos Jurídicos Críticos, 2020. (Outra)
7. Apresentação Oral (e) Curso de Teoria Geral do Processo, 2020. (Outra)
Apresentação da obra: Sobre a Teoria Geral do Processo, essa desconhecida - Fredie Didier Jr.
8. Curso de Teoria Geral do Processo, 2020. (Outra)
Facilitador/Debatador do Curso.
9. Curso – Negócios Processuais: teoria e prática Módulo 1, 2020. (Oficina)
10. Curso – Negócios Processuais: teoria e prática Módulo 2, 2020. (Oficina)
11. Diálogos Socioambientais, 2020. (Congresso)
12. Ensino Jurídico enquanto Mecanismo de Acesso à Justiça, 2020. (Seminário)
13. I Congresso Digital Covid-19 - Repercussões Jurídicas e Sociais da Pandemia, 2020. (Congresso)
14. I ENCONTRO NACIONAL - PROCESSO POR ELAS, 2020. (Congresso)
15. I Encontro Científico do Grupo de Estudos "Direito e Meio Ambiente na Modernidade", 2020. (Congresso)
16. I Seminário Online da Liga Acadêmica do Pará, 2020. (Seminário)
17. MP resolutivo na concretização dos direitos humanos, 2020. (Seminário)
18. Negócios Processuais: como tomar sua litigância mais eficiente, 2020. (Seminário)
19. Oficina de Elaboração de Artigo Científico, 2020. (Oficina)
20. Processo Estrutural e Intervenção Judicial em Política Pública, 2020. (Seminário)
21. Revisão Judicial de Contratos em Tempo de Pandemia, 2020. (Outra)
22. Seminário Online: O Futuro do Direito Processual Civil, 2020. (Seminário)
23. Teoria do Conflito e o papel do Terceiro, 2020. (Seminário)
24. TÉCNICA ANTECIPATORIA, TUTELA PROVISÓRIA E TUTELA DOS DIREITOS, 2020. (Seminário)
25. V Congresso de Processo Civil, 2020. (Congresso)
26. "A Justiça Restaurativa e Transformação de conflitos em tempos atuais, 2020. (Seminário)
27. "O SISTEMA DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS NOS JUÍZADOS ESPECIAIS, 2020. (Seminário)
28. XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2019. (Congresso)
29. Apresentação Oral (e) XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2019. (Congresso)
A aplicação do artigo 10 do novo código de processo civil e o (novo) modelo constitucional do processo: o princípio do contraditório substancial como reflexo da dignidade da pessoa humana..
30. Apresentação de Poster / Painel (e) XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2019. (Congresso)
A aplicação do artigo 10 do novo código de processo civil e o (novo) modelo constitucional do processo: o princípio do contraditório substancial como reflexo da dignidade da pessoa humana..

31. Os Argumentos Religiosos no Judiciário, 2010. (Seminário)
32. Palestra: Um Belo Monte de Violência, 2010. (Seminário)
33. Encontro da Cátedra Luso-Amazonia: Diálogos Sobre as Ciências Criminais, 2009. (Encontro)
34. Palestra: Trabalho Escravo, 2009. (Seminário)
35. II Congresso Jurídico de Salinas, 2008. (Congresso)
36. VIII Semana Jurídica do CESUPA, 2008. (Congresso)
37. I Congresso Jurídico de Salinas, 2007. (Congresso)
38. VI Semana Jurídica do CESUPA, 2007. (Congresso)

Organização de evento

1. HILL, F. P.; SANTOS, C.; MOURA, J. V. M. Desjudicialização da Execução Civil: Reflexões sobre o Projeto de Lei nº 6.204/19, 2020. (Outro, Organização de evento)
Palavras-chave: Desjudicialização, Processo Civil, Projeto de Lei 6.204/2019
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital
2. MENDONÇA, Y. D. S. M.; MOURA, J. V. M. I Congresso de Pesquisa e Extensão, 2020. (Congresso, Organização de evento)
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital
3. MOURA, J. V. M.; MENDONÇA, Y. D. S. M. I Encontro Científico do Grupo de Estudos Direito e Meio Ambiente na Modernidade, 2020. (Congresso, Organização de evento)
Áreas do conhecimento: Direito
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital
4. SILVA, S. A.; MOURA, J. V. M. O SISTEMA DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS, 2020. (Congresso, Organização de evento)
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital
5. MOURA, J. V. M.; SILVA, S. A. TÉCNICA ANTECIPATÓRIA, TUTELA PROVISÓRIA E TUTELA DOS DIREITOS, 2020. (Congresso, Organização de evento)
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital
6. MOURA, J. V. M. Seminário de Direito Eleitoral, 2010. (Outro, Organização de evento)
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Atuou na condição de Organizador, do Seminário de Direito Eleitoral, nos dias 12 e 13 de maio de 2010, a cidade de Belém, estado do Pará, com a carga horária de 50 horas de atividades complementares.

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico	4
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra)	2
Apresentações de trabalhos (Congresso)	3
Apresentações de trabalhos (Seminário)	1
Apresentações de trabalhos (Simpósio)	1

Eventos

Participações em eventos (congresso)	13
Participações em eventos (seminário)	17
Participações em eventos (oficina)	3
Participações em eventos (encontro)	1
Participações em eventos (outra)	4
Organização de evento (congresso)	4
Organização de evento (outra)	2

Outras informações relevantes

1. Aproveito em 4º lugar geral no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (Área de Concentração: Direitos Humanos), Edital nº 002/2020. Proficiente com conceito nota 10,00 no Exame de Proficiência em Língua Estrangeira (Língua Inglesa) da Universidade Federal de Santa Catarina.

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 23/02/2023 às 14:17:35.

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

**CONSELHO SECCIONAL DO PARA
IDENTIDADE DE ADVOGADO**

17711

JOAO VITOR MENCIONCA DE MOURA

PROCURA

JOSE RIBANAR DE ANDRADE MOURA

MARIA LENDRA DE NAZARE DOS SANTOS MENCIONCA

MATRICULADO

BELEM-PA

45

4888645 - PC-PA

VALOR DE TAXAS E TERCER

NÃO

DATA DE ASSINATURA

16/07/2012

EM

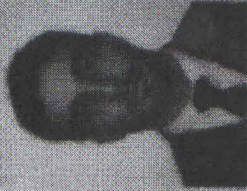
27/08/2012

AS 13:00:00

01/07/2012

Assinatura

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(ART. 13 DA LEI Nº 8.988/94)

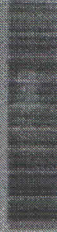


ASSINATURA DO PROFISSIONAL

PROFISSIONAL

TEM E FULCRA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL 08844216

OAB



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que **JOÃO VITOR MENDONÇA DE MOURA** matrícula **1095009**, concluiu o Curso de Pós-graduação 'lato sensu' - Especialização em **Direito Processual***, ministrado pelo Núcleo de Educação a Distância da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, com carga horária total de 360 (trezentas e sessenta) horas.

Disciplinas que compõem a grade curricular.

DISCIPLINA	CH	FREQ	NOTA	RESULTADO
Juizados Especiais - Civil e Criminal	30	-	88	Aprovado
Processo Constitucional	30	-	88	Aprovado
Processo Tributário Administrativo e Judicial	30	-	100	Aprovado
Recurso Civil	30	-	94	Aprovado
Teoria Geral do Direito e Hermenêutica e Interpretação	30	-	82	Aprovado
Teoria Geral do Processo	30	-	100	Aprovado
Tópicos de Processo Civil I - Tutelas Provisórias	30	-	88	Aprovado
Tópicos de Processo Civil II - Conhecimento	30	-	100	Aprovado
Tópicos de Processo Civil III - Processo de Execução	30	-	100	Aprovado
Tópicos de Processo Civil IV - Procedimentos Especiais	30	-	94	Aprovado
Tópicos de Processo do Trabalho e de Recurso do Trabalho	30	-	88	Aprovado
Tópicos de Processo Penal e de Recurso Penal	30	-	88	Aprovado
CARGA HORÁRIA TOTAL	360			

Mínimo para aprovação: 70 pontos

O aluno foi aprovado com nota 100 (cem pontos) no Trabalho de Conclusão do Curso, Título: "Trabalho de Conclusão de Curso: O Agravo de Instrumento CPC de 2015: Natureza do rol - A ""taxatividade mitigada"" e a jurisprudência do STJ.", apresentado perante a banca examinadora.

Área de conhecimento: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2020.


Leandro Ângelo Scardoelli
Secretário Acadêmico

**Este curso obedece ao disposto da Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018, do Conselho Nacional de Educação e Lei 9.394/96, reconhecida através da Portaria MEC nº 699, de 20 de julho de 2016.*



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
(PROPEP)**

CGC: 34.621.748/0001-23

Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá - CEP 66.075-110 - Belém - PA - Brasil
(091) 3201-7708 - E-mail: propesp@ufpa.br

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins a que se fizerem necessários, que **JOÃO VITOR MENDONÇA DE MOURA** é aluno(a) REGULAR vinculado(a) a esta universidade, sob o número **202100370014**, no programa de **MESTRADO EM DIREITO - MESTRADO - Belém**.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEP) -
Universidade Federal do Pará, em Belém, 05 de Abril de 2021.

Código de verificação:
16f4f6d731

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/documentos>, informando a matrícula, data de emissão do documento e o código de verificação.

ATENÇÃO

ESTE DOCUMENTO NÃO É VÁLIDO PARA FINS DE SOLICITAÇÃO DE VAGA EM OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. CASO SEJA NECESSÁRIO TAL DOCUMENTO, É NECESSÁRIO COMPARECER AO DAE.



O Diretor da Escola de Direito Rio da Fundação Getúlio Vargas confere a

WILLIBALD QUINTANILHA BIBAS NETTO

Natural de Belém - PA, nascido(a) em 05/02/1990, cart. de identidade nº 17699 - OAB

O Certificado do Curso

MBA EM DIREITO: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Nível especialização (lato sensu), com 432 horas-aula, concluído em 12 de setembro de 2015.

Rio de Janeiro, 4 de março de 2016.

Joaquim Falcão
Diretor da Escola de Direito Rio / FGV



Nome do aluno: Willibald Quintanilha Gibas Neto		Data de nascimento: 05/02/1980		Período de realização do curso: 03/05/2012 a 12/09/2015	
Naturalidade: Belém - PA		Total de Horas-Aula: 444		Coeficiente de Rendimento: 8,85	
Disciplina	Docente Responsável	Titulação / Instituição	M/A	Frequência	Média Final
Tutela de Urgência e Tutela de Evidência	Jean Monizes de Aguiar Carlos Alexandre Lavinas Pereira	Mestre em Direito / Universidade Gama Filho Especialista em Direito Público e Privado / Universidade Estácio de Sá	24h	100%	7,70
Tutela Jurisdicional Individual	Francoise de Assis Oliveira	Mestre em Ciências Jurídicas / Universidad Antonio de Nebrija	24h	100%	10,00
Tutela Jurisdicional Coletiva	Karine Cavalcanti Giaman	Especialista em Direito Público / Universidade Estácio de Sá	24h	100%	9,50
Cumprimento de Sentença e Tutela Executiva	Francoise de Assis Oliveira	Mestre em Ciências Jurídicas / Universidad Antonio de Nebrija	24h	100%	9,50
dos Processos nos Tribunais e Recursos	Claudia Ribeiro Pereira Nunes	Mestre em Direito / Universidade Gama Filho	24h	100%	10,00
Microtutela	Marina Cristina Xavier de Souza	Mestre em Direito / Universidade Gama Filho	24h	100%	8,00
Contratos Contemporâneos	Leonardo Araujo Marques	Mestre em Direito / Universidade Cândido Mendes	24h	100%	8,00
Direito das Relações Familiares	Maria Luisa de Barros Correia	Mestre em Direito Civil / Universidade Federal do Rio de Janeiro	24h	100%	7,30
Teoria Geral dos Contratos	Maria Cristina de Brito Lima	Doutor em Direito Público / Universidade do Estado do Rio de Janeiro	24h	100%	10,00
Rescisão	Márcio Miranjo Tanabe	Mestre em Administração / Fundação Getúlio Vargas	24h	100%	9,50
Proble. Propriedade e Questões Imobiliárias	Rafael Almeida Correia da Silva	Mestre em Direito / Universidade Cândido Mendes	24h	100%	8,00
Sucessões	Maria Luisa de Barros Correia	Mestre em Direito Civil / Universidade Federal do Rio de Janeiro	24h	100%	8,30
Relações de Consumo	Fábio Lopes Soares	Mestre em Direito / Faculdades Metropolitanas Unidas	24h	100%	9,60
Temas Atuais em Responsabilidade Civil	Alexandre de Paula Huy Barbosa	Mestre em Direito / Universidade Cândido Mendes	24h	100%	10,00
Metodologia da Pesquisa	Elisabeth Santos da Silveira	Doutor em Linguística / Universidade Federal do Rio de Janeiro	36h	100%	8,90
Direito Ambiental	Daniel Braga Lourenço	Mestre em Direito / Universidade Gama Filho	24h	100%	7,00
Direito Societário	Mônica de Cavalcanti Gusmão	Especialista em Direito Empresarial / Faculdade de Direito Cândido Mendes	24h	100%	9,50
Recuperação de Empresas	Cassio Machado Cavali	Mestre em Direito / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	24h	75%	9,50
Trabalho de Conclusão do Curso: A QUERRELA NULLITATIS E SUA APPLICABILIDADE NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO					8,00



Universidade da Amazônia



UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA

DIPLOMA

A Pró-Reitora da Universidade da Amazônia - Unama, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso MESTRADO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS na área de concentração REALIZAÇÃO JURÍDICO - POLÍTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS em 08/09/2022, confere título de MESTRE em DIREITOS FUNDAMENTAIS a WILLIBALD QUINTANILHA BIBAS NETTO, nacionalidade Brasileira, natural do Pará, nascido (a) em 05/02/1990, RG 5247998 PC/PA, e outorga-lhe o presente diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Belém . 16 de novembro de 2022


RAQUEL BARBOZA DA SILVA PESSOA
SECRETÁRIA GERAL


SIMONE BERGAMO SILVA BARRETO
PRO-REITORA


WILLIBALD QUINTANILHA BIBAS NETTO
DIPLOMADO

UNIVERSIDADE DA AMAZONIA - UNAMA

MANTENEDORA: INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA.
CNPJ: 05.933.016/0001-70
PORTARIA MEC DE RECRENCIAMENTO Nº 292, DE 6 DE MARÇO DE 2017, DOU Nº 43, SEÇÃO 1, PÁG. 14, DE 7/3/2017
CURSO: MESTRADO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS
RECONHECIMENTO: PORTARIA MEC Nº 732, DE 15/7/2015, DOU Nº 134, SEÇÃO 1, PÁG. 78, DE 16/7/2015

Universidade da Amazônia
Departamento de Registro de Diplomas

Mantenedora: INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA.
CNPJ: 05.933.016/0001-70
Portaria MEC de Reconhecimento Nº 1069, de 18 de outubro de 2018, DOU Nº 202, seção 1, pag. 17, de 19/10/2018

Diploma registrado de acordo com o disposto no § 1º do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Registro nº 244624 Livro nº 2 fl. 81 Data: 16/11/2022 Processo nº 148134/2022

Belém, 16/11/2022

Josely Gomes de Sá

Porteñón responsável pelo registro

Rosely Barbosa de Silva Pessoa
Secretária Geral



244624

197939

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

10224930

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei n.º 8.906/94)

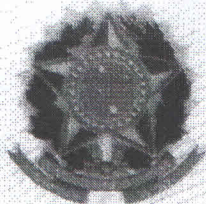


ASSINATURA DO PORTADOR

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'V. Bilos', written over a white rectangular box.

OBSERVAÇÕES





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

WILLIBALD QUINTANILHA BIBAS NETTO

FILIAÇÃO

JOSE LUIS CARDOSO FERREIRA MARADEI PERREIRA
SINTIA NONATA N. DE QUINTANILHA BIBAS MARADEI

NATURALIDADE

BELEM-PA

DATA DE NASCIMENTO

05/02/1990

RG

5247998 2ªVIA - PC/PA

CPF

002.631.752-43

VIA

02

EXPEDIDO EM

14/01/2020

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO

017699

CS



Willibald Quintanilha Bibas Netto

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9881522676407100>

Última atualização do currículo em 05/10/2022

Resumo informado pelo autor

Advogado Criminalista do Escritório Bibas, Gaia, Mendonça e Moura Advocacia e Consultoria Jurídica. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2012). Mestrando em Direitos Fundamentais pela Universidade da Amazônia. MBA em Direito: Civil e Processual Civil pela Fundação Getúlio Vargas. Tem experiência na área de Direito Penal, Processual Penal, Direito Civil e Processual Civil
(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome Willibald Quintanilha Bibas Netto

Dados pessoais

Filiação José Luis Ferreira Maradei Pereira e Sirlia Nonata da Quintanilha Bibas Cardoso

Nascimento 05/02/1990 - Brasil

Carteira de Identidade 5247998 SSP - PA - 30/10/2012

CPF 002.631.752-43

Formação acadêmica/titulação

- 2020 Mestrado em Direitos Fundamentais. Universidade da Amazônia, UNAMA, Belém, Brasil. Título: A CRISE DA CAUTELARIDADE NAS PRISÕES PREVENTIVAS: A (des)ordem pública violadora de direitos fundamentais a partir da dimensão externa da presunção de inocência. Orientador: Rafael Fecury Nogueira
- 2013 - 2015 Especialização em Direito Civil e Processual Civil. Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro, Brasil. Título: A Querrela Nullitatis e sua Aplicabilidade no Direito Processual Civil Brasileiro. Orientador: Francisco de Assis Oliveira
- 2007 - 2012 Graduação em Direito. Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belém, Brasil. Título: A Transação Penal dos Juizados Especiais Criminais e sua Constitucionalidade, Ano de obtenção: 2012. Orientador: Kleiton Mamed

Idiomas

- Inglês** Compreende Bem, Fala Bem, Escreve Razoavelmente, Lê Bem
- Português** Compreende Bem, Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. **BIBAS NETTO, WILIBALD QUINTANILHA; NOGUEIRA, RAFAEL FECURY. AS CONCEPÇÕES DE PODER E AUTORIDADE NECESSÁRIAS À INTERPRETAÇÃO DA LEI Nº 13.869/2019. Revista de Direito Penal: Processo Penal e Constituição, v.6, p.93 - 113, 2020.**

Apresentação de trabalho e palestra

1. **NOGUEIRA, R. F.; BIBAS NETTO, W. Q. AS CONCEPÇÕES DE PODER E AUTORIDADE NECESSÁRIAS À INTERPRETAÇÃO DA LEI Nº 13.869/2019, 2020. (Congresso, Apresentação de Trabalho)**
2. **NOGUEIRA, R. F.; BIBAS NETTO, W. Q. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ABUSO DE AUTORIDADE NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA E PERSPECTIVAS 2020. (Congresso, Apresentação de Trabalho)**

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Orientação de outra natureza

1. Deborah Alves. II Juri Simulado do Centro Acadêmico de Direito da UNIFAMAZ. 2019. Orientação de outra natureza (Direito) - Faculdade Metropolitana da Amazônia

Bancas

Bancas

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Curso de aperfeiçoamento/especialização

1. HAMOY, A. C. B.; SOUZA, M. D. C.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Giovana Pessoa Bilencourt Salveiro e Giselle da Cruz Olivera. A prisão temporária a luz dos novos requisitos fixados no Supremo Tribunal Federal na decisão das ações diretas de inconstitucionalidade nº 3360/DF e 4109/DF, 2022
(Direito) Faculdade Metropolitana da Amazônia
2. HAMOY, A. C. B.; SOUZA, M. D. C.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Isabel Batista de Castro e Lúcia Guimarães Sampaio. A subnotificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios de Belém e Marituba, 2022
(Direito) Faculdade Metropolitana da Amazônia
3. HAMOY, A. C. B.; SOUZA, M. D. C.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Carolina L. de Lima; Karen T. de Siqueira e Sílvia O. Santos. Femicídio no Estado do Pará: a importância da qualificadora no combate à violência, 2022
(Direito) Faculdade Metropolitana da Amazônia
4. HAMOY, A. C. B.; SOUZA, M. D. C.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Renata Trindade dos Santos. O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte: Em que medida a vida de adolescentes é precarizada a ponto de estarem sob ameaça de morte, 2022
(Direito) Faculdade Metropolitana da Amazônia
5. HAMOY, A. C. B.; SOUZA, M. D. C.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Camilla Dornelas de Araújo Itagyra. Prescrição da Pretensão Punitiva Estatal e os efeitos da decisão absolutória, 2022
(Direito) Faculdade Metropolitana da Amazônia

Graduação

1. NOGUEIRA, R. F.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Jose das Graças Peres Monteiro. A garantia da ordem pública como fundamento válido para a decretação da prisão preventiva., 2020
(Direito) Universidade da Amazônia
2. NOGUEIRA, R. F.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Débora Balma de Araújo. A prisão preventiva com fundamento no clamor social causado pelo crime e a influência da mídia, 2020
(Direito) Universidade da Amazônia
3. NOGUEIRA, R. F.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Luis Fernando Rodrigues Monteiro. A prisão preventiva para garantia da aplicação da lei penal e sua compatibilização com a Presunção de inocência., 2020
(Direito) Universidade da Amazônia
4. NOGUEIRA, R. F.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Leonardo Assis da Silva Filho. Acordo de não persecução penal e sua natureza jurídica: análise comparada à luz dos sistemas americano e brasileiro., 2020
(Direito) Universidade da Amazônia
5. NOGUEIRA, R. F.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Manoel Vicente de Conceição Figueiredo. Análise sobre a influência da mídia no Tribunal do júri., 2020
(Direito) Universidade da Amazônia
6. NOGUEIRA, R. F.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de Evandro Carneiro Sozinho Souza. Colaboração premiada: rescisão e efeitos do acordo diante do colaborador., 2020
(Direito) Universidade da Amazônia
7. NOGUEIRA, R. F.; BIBAS NETTO, W. Q.
Participação em banca de João Paulo Brito de Espindola. Flagrante Preparado e esperado: a legalidade do flagrante e a impossibilidade de prisão ante a presença de um agente provocador do crime., 2019
(Direito) Universidade da Amazônia